



## CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

### Ata da décima quarta Sessão Ordinária do 2º Período Ordinário da 20ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência da vereadora Ana Cleyde Tavares Batista Filha, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Antônio Odínélio Tavares da Silva Júnior, Antônio Junior de Souza Leite, Edcarlos de Souza Azevedo, Mônica Franco dos Anjos, Miguel Ângelo de Oliveira Canto, Marta Monteiro Godinho, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Darlison da Silva Gomes, Ivalter Barbosa Cardoso Júnior, Marcelo Augusto Andrade Sarubbi e Rosivaldo da Costa Junior. Ausentes os vereadores: Manoel Lucivaldo Siqueira, Antônio Picanço Cardoso Júnior, Renan Monteiro Guimarães, todos com ausências justificadas por se encontrar devidamente licenciados. Constatando haver número legal à hora regimental, assumiu a presidência a vereadora Keké Batista, na qualidade de vice presidente da Casa, na ausência do titular. Em seguida a Sra. “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º Secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir a Sra. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento nº 018/25, do vereador Darlison Silva, pede que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário de Integração, solicitando a conclusão da construção do poço artesiano e a rede de distribuição d’ água na Comunidade Sumaúma, Vila Paraíso; Requerimento nº 019/25, do mesmo vereador, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando a construção de um microssistema d’ água, com estrutura em concreto , na Comunidade do salgado III, Vila Pantoja; Requerimento nº 020/25, do mesmo vereador, pede que seja oficiado a concessionária Equatorial Energia, solicitando a realização urgente de manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica na região da estrada do BEC e suas vicinais, neste município; Requerimento nº 020/25, do vereador Miguel Canto, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando a manutenção do ponto de interseção do ramal do Jatuaraninha com o ramal das Bençãos; Requerimento nº 014/25, do



## CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

vereador Carlinho Azevedo, pede que seja oficiado ao prefeito Municipal, solicitando providencias quanto a disponibilização de uma balsa ou estrutura similar, que atenda com segurança e eficiência o embarque e desembarque de mercadorias oriundas das comunidades e áreas ribeirinhas; Requerimento nº 041/25, da vereadora Monica Franco, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando a realização de visita técnica na Comunidade Tapixaua; Requerimento nº 040/25, da mesma vereadora, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando a realização de visita técnica com vista a viabilizar a construção de um cercado de proteção na escola Luiza Gonzaga Viana Filho na Comunidade Ascenção; Projeto de Lei nº 053/25, de autoria do vereador Renan Monteiro Guimarães, que Institui o Programa Municipal de Proteção e Cuidado Animal no Município de Oriximiná e dá outras providencias; Ofícios nrs. 418 a 435/25, expedidos ao Prefeito e a diversos; Ofícios nºs. 009, 068, 567/25, recebidos de diversos. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Junior Leite, requereu dispensa de interstício, para efeito de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 053/25, lido no expediente da sessão de hoje. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, a Sra. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários, que não a solicitaram. A seguir a Sra. Presidente interrompeu a Sessão, para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, a Sra. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lidos e submetidos a discussão os requerimentos do vereador Darlison Silva. Ditos pareceres, postos em votação, foram aprovados por unanimidade, um a um. Lidos e submetidos a discussão os requerimentos da vereadora Mônica Franco. Ditos requerimentos, postos em votação, foram aprovados por unanimidade um a um. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Carlinho Azevedo. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Junior Leite, que requer dispensa de interstício para efeito de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e última discussão e redação final o Projeto de lei nº 053/25. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e ultima discussão e redação final o Projeto de Lei nº 053/25, de autoria do vereador Renan Monteiro Guimarães. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Miguel Canto. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para



## CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

discussão e votação, a Sra. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra, o vereador Junhão, lembrou que no mandato do ex-prefeito Gonzaga, o vereador Toninho Picanço, apresentou um projeto de lei, que em seguida se tornou lei municipal, onde determina que todos os prédios públicos deveriam ser pintados com as cores da bandeira do Município de Oriximiná, inclusive naquela ocasião o Ministério Público, o obrigou que fosse cumprida a lei, assim foi feito. Sendo que na atual gestão os prédios públicos estão sendo pintados de qualquer cor, ou seja, totalmente fora do padrão. Citou como exemplo o antigo prédio da prefeitura. Assegurou o nobre vereador que vai solicitar do Ministério Publica que a referida lei seja cumprida pela atual Gestão. Continuando o nobre vereador, disse que foi convidado pelos pescadores, para uma reunião, para tratar sobre a lei do vereador Ludugero Junior, que regulamenta a pesca em Oriximiná, mas infelizmente não pude comparecer, mas estiveram presentes o vereador Miguel e a vereadora Monica. Mas como conhece os pescadores e sempre lutou pela classe, inclusive na gestão anterior conseguiu uma pequena balsa para facilitar o embarque e desembarque de peixes para o mercado municipal, inclusive no governo anterior existia uma parceria com a classe dos pescadores, onde nessa época da piracema a pescaria era liberada, o que não está acontecendo na atual administração. Assegurou o vereador Junhão ser contra e essa proibição da pesca. Acha que isso é uma perseguição com o pescador, o que é inaceitável, portanto, deve haver esse acordo com o município e com a secretaria de meio ambiente, para que seja liberada a pesca nesse período de piracema. Com a palavra o vereador Miguel Canto, disse que não iria falar sobre essa questão da regulamentação da pesca no município, até porque ainda estamos organizando algumas orientações junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oriximiná, como também buscando informações na Constituição Federal. Em seguida parabenizou a iniciativa do vereador Ludugero Júnior em ter colocado esta lei que regulamenta a pesca em nosso município. Agora a preocupação é com relação ao estoque pesqueiro, pois é importante garantir o sustento e a liquidez desse estoque, até porque quando falamos dos peixes, principalmente na região amazônica, é preciso considerar as informações da fisiologia desses peixes e, principalmente, comparar a fisiologia desses peixes com o que nós temos relacionado ao ambiente natural. Vale ressaltar que, neste período de seca, a configuração de lagos que temos na região são lagos que se fecham e determinadas espécies de peixes ficam, de fato, presas nesses lagos e a tendência é que esses peixes venham a morrer. Então, é necessária uma política de controle para que nós possamos, em



## CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

determinado período, liberar a pesca para esses peixes. A lei do nobre vereador visa trabalhar a regulamentação e normatização da pesca. Agora o que lhe chamou atenção que a referida lei, foi colocada em prática de imediato. Disse ainda ser formado na área, então na nossa região, no período da Piracema, temos peixes, que são caracterizados como peixes Reofílico, que usam da migração para parte do seu processo reprodutivo, exemplo os pacus, onde eles precisam cumprir este período migratório para amadurecimento em seguida voltam para seus locais de desova. Por esta razão é preciso que haja uma política de autorização que possa proteger o estoque pesqueiro e, ao mesmo tempo, proporcionar que este estoque tenha a sua integridade garantida. Lembra o vereador Miguel que apresentou um projeto de lei sobre a criação de tilápia, já é lei, mas infelizmente não foi colocada em prática, o que é lamentável, até porque busca proteger o estoque pesqueiro. O vereador questiona dizendo se a nova política não seria um artifício político para diminuir a quantidade de pescado no mercado local, o que, por sua vez, aumentaria o consumo de carne bovina. Ele sugere que há um interesse econômico e político por trás da medida, que não favorece a população local. Disse ainda que as associações dos pescadores, dando melhores condições de vida aos mesmos. Finalizou o nobre vereador assegurando que como representante do povo, sua posição não é a de um secretário ou ministro, mas sim a de um defensor dos interesses dos cidadãos oriximinaense, e vai lutar pelos interesses da coletividade, sem se intimidar. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, disse que a lei é de sua autoria que versa sobre a regulamentação da pesca em Oriximiná, ou seja, não restringe quem pesca e quem pode pescar, até porque não é de sua competência. Portanto a lei apenas regulamenta algo federal, que já existe, para que o município possa juntamente com as secretarias e demais órgãos competentes discutir a questão. Disse que foi procurado por alguns pescadores, eles disseram que tinha gente vindo de outros municípios, até de outros estados, pescar aqui em Oriximiná. O vereador Junhão solicitou pela ordem a presidente, para esclarecer ao vereador Ludugero Junior que essa situação de proibir pescadores de outros municípios a virem pescar e levar o pescado daqui para lá, eu também sou contra. Agora, o que está sendo feito no nosso município é uma perseguição a classe dos pescadores por parte do secretário de meio ambiente, que prende rede de pesca, humilhando os pescadores, o que não concorda. Continuando o vereador Ludugero Júnior, afirmou que a lei em si vem para ajudar o nosso pescador do município. Não vem aqui para atrapalhar ou até mesmo para restringir que o pescador possa pescar, inclusive vem fomentar até mais a economia dentro do



## CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

município. Então precisa, sim, esse diálogo com a secretaria competente, com as associações dos pescadores. A seguir fez uso da palavra a vereadora Mônica Franco, dizendo que foi procurada pelos pescadores, assim como o vereador Miguel, foram até a SEMA, tentamos marcar uma reunião na quinta, não deu certo, a reunião ficou para segunda-feira, quase que não deu certo, mas nós somos persistentes e foram atendidos. Então o problema, não é a lei municipal, e sim como ela está sendo aplicada, sem discutir com os principais interessados, que são os pescadores. Como está no período da Piracema, onde há mudança, portanto nesse período está tendo todas essas dificuldades para ter acesso ao pescado? Por esta razão comunga com a ideia do vereador Miguel Canto, de que tem alguma coisa de errado, até porque tem leis importantes em prol da população que ainda não foram colocadas em práticas. Disse ainda que fizeram um documento solicitando informações da secretaria competente, onde obteve como resposta que o pescador pode pegar uma autorização de sete em sete dias, agora imagine o pescador que mora lá no interior, ele a cada sete dias na cidade para pegar uma autorização. Porque quando chega no setor, tem uma pessoa que só ela pode emitir autorização, ou seja não existe uma facilidade para pegar uma autorização de pesca. Então nós como representantes do povo, precisamos desburocratizar é melhorar o acesso desses pescadores para que eles possam aproveitar o período da piracema, e realizarem a pesca sem ter que pagar multa. Enfatizou a nobre vereadora dizendo imagine o cidadão tem uma canoa, um barquinho pequeno, o que ele tem para fazer a pesca? E, no final, ainda vão ser apreendidos os equipamentos materiais dele de pesca, ainda vai ser multado. Finalizou dizendo que o problema não é a lei, e sim da forma como essa lei está sendo aplicada. Com a palavra o vereador Marcelo Sarubbi, congratulou-se com os vereadores que lhe antecederam, acrescentando que nos mandatos anteriores existia o diálogo com a classe dos pescadores, o que não acontece atualmente. Continuando o vereador Marcelo disse que na semana passada saiu a sentença Ministério do Público acatando o parecer do TCM, que determina a cassação do prefeito Iambanceiro por inúmeras contratações irregulares durante a campanha política, o que não permitido por lei. Disse que antes o prefeito jogava o povo contra esta Casa de Leis, dizendo que os vereadores da oposição perseguiam ele, não deixavam ele trabalhar. Mas agora o povo vai ver aquele que se dizia honesto, a justiça está sendo feita, por irregularidade que o prefeito cometeu. Disse ainda que esse Prefeito o acusou que fazia rachadinha, mas nunca provou. Ele sim fez coisa irregular, citou como exemplo no início do mandato dele dizia que iria receber o salário de delegado, não de prefeito, mas o TCM, constatou que



### CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

ele recebia os dois salários, ou seja, de delegado e de prefeito. Vamos ver como ele vai explicar essa situação para a população. Com a palavra o vereador Carlinho Azevedo, disse que também foi procurado pelos pescadores pela Colônia Z-41, como também está acompanhado esse processo. Disse não tem conhecimento da causa, por esta razão, acha que deveríamos chamar os pescadores para uma audiência pública para tratar deste assunto. Disse ainda que conhece área da pesca. Então, tem coisas que devemos facilitar para os pescadores, para se ter uma produção melhor. A questão da balsa que foi colocada, que solicitou através de requerimento para embarque e desembarque desse pescado, da verdura, da farinha que vem na área ribeirinha, será de suma importância, uma vez que eles têm que carregar uma carga de 60 kg, e andar de 100 a 200 metros, é cansativo. Espera que sua solicitação seja atendida. E, com relação às grandes redes de pesca, acredita que são proibidas por lei, inclusive no período da Piracema, já presenciou pessoas pegarem 20 toneladas de curimbatã em uma redada só, são os peixes migratórios, não vai ter mais produção, ou seja, está ficando escasso esse pescado. E, com relação aos lagos, já foi colocado sobre, devido às grandes enchentes, hoje muitos peixes desses que morrem, não estão morrendo nos lagos, eles não vão sair para Piracema, porque fecham os lagos e já ficam lá. Portanto precisamos trabalhar projetos de lei para desassorear esses lagos, que estão sendo aterrados com as grandes enchentes, E, quando começa o período de seca, vai ficando mais raso e os peixes vão morrendo, devido à falta de oxigenação, o que é preocupante. Disse ainda que no rio Cachoeiry tem o projeto da reserva, que está sendo mantido, assim como existe o projeto Pé-de-Pincha, do qual participa, o que é gratificante. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para quarta-feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário